

## **Prefeitura Mun de Porecatu**

---

**De:** Rodrigo Fiad Pasini [rodrigo.pasini@ciecepr.org.br]  
**Enviado em:** quarta-feira, 15 de maio de 2019 13:39  
**Para:** pmplicitacao@onda.com.br; Roseli Marques  
**Cc:** Eneas Filho; Carlos Alexandre Conceicao Correa; Marlus Eduardo Faria Losso; Luana Fernanda Adao; Juliana Fabri; Catherine de Souza Krainski  
**Assunto:** Pedido de esclarecimento - Pregão Presencial nº 30/2019 - Prefeitura Municipal de Porecatu

À  
Comissão Permanente de Licitação  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU**

### **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: Pregão Presencial nº 30/2019 – Processo Licitatório nº 65/2019**

Quanto a análise do edital cujo objeto visa a contratação de agente de integração de estágio, ficamos com dúvida nos pontos abaixo destacados.

#### **1) Pagamento do auxílio-transporte**

Pelo que verificamos do edital o valor global ficou estabelecido como sendo de R\$ 465.300,00, somando o valor total de bolsa-auxílio + taxa máxima de administração.

Destacamos que o item 1.1 do edital trouxe o cálculo do valor global.

Diante da análise que realizamos, não encontramos no edital menção ao pagamento do valores correspondente ao auxílio-transporte.

Sobre esta situação, temos que o art. 12 da Lei nº 11.788/2008 determina que nos casos de estágio não obrigatório em que o estudante receba valor de bolsa-auxílio, o pagamento do auxílio-transporte deve ser obrigatório.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, **sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.**

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

No mesmo sentido, ressaltamos que o antigo Ministério do Trabalho e Emprego (agora incorporado pelo Ministério da Economia), trouxe em sua cartilha específica sobre o estágio a seguinte redação:

#### **47. Quando é obrigatória a concessão do auxílio-transporte ao estagiário?**

No caso do estágio não obrigatório é compulsória a concessão de auxílio-transporte. No caso de estágio obrigatório, a concessão de auxílio-transporte é facultativa (art. 12 da Lei nº 11.788/2008).



Nota-se que além da Lei trazer a obrigação do pagamento para o caso de estágio não obrigatório, a orientação do Ministério é de que o pagamento seja realizado.

Visto não haver no edital a informação de pagamento desta parcela, pedimos esclarecimento se a Prefeitura irá realizar o pagamento do auxílio-transporte diretamente aos estagiários, ou esse valor será pago mediante repasse da contratada.

Caso seja pago por intermédio da contratada, gostaríamos de saber se dentro do valor da bolsa-auxílio está sendo considerado o auxílio-transporte. Caso esteja sendo considerado, pedimos que informe de quanto é o valor individualizado de cada auxílio-transporte, bem como se a taxa de administração irá incidir sobre esse valor.

## 2) Convênios

A apresentação de convênios está sendo exigida no item 7.1.3.c. De acordo com o item a proponente deve *“Comprovar, mediante apresentação de cópias de Convênios com Instituições Públicas e Privadas de ensino superior, localizadas na Região Metropolitana de Londrina, bem como com Instituições de Ensino Médio e Pós Médio localizados no Município de Porecatu, em conformidade com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008.”*.

A respeito da obrigação exigida, gostaríamos de saber quais convênios destas regiões serão exigidos. A Prefeitura irá informar a relação das instituições de ensino? Qual é o número mínimo de convênio que deve ser apresentado? A proponente apresentando um único convênio de cada região já atenderia a exigência do edital?

Entendemos ser relevante obtermos essas informações afim de se evitar futuras discussões desnecessárias.

Habitualmente nos deparamos com editais de licitação que acabam por apresentar uma lista dos convênios que serão exigidos na licitação. Não seria prudente a Comissão de Licitação definir a lista de convênios que irá exigir? Assim reduzirá o custo da licitação, o tempo a ser despendido pelo pregoeiro para conferência da lista, como também aumentará a segurança na relação do estágio quando souber que o licitante possui o convênio exigido.

## 3) Acompanhamento *in loco*

Nos termos do item 7.1.3.d do edital, a contratada deverá realizar o acompanhamento *in loco* dos estágios.

No que diz respeito a obrigação de realizar o acompanhamento do estágio, temos que de acordo com o art. 7º e art. 9º da Lei nº 11.788/2008, o acompanhamento é dever da Instituição de Ensino (professor orientador) e da Parte Concedente de Estágio (Supervisor de estágio).

### **Art. 7º São obrigações das instituições de ensino, em relação aos estágios de seus educandos:**

I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;



II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

**III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;**

IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;

VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;

VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas.

Parágrafo único. O plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das 3 (três) partes a que se refere o inciso II do caput do art. 3º desta Lei, será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

(...)

**Art. 9º As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:**

I – celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II – ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

**III – indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;**

IV – contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário.

Parágrafo único. No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o inciso IV do caput deste artigo poderá, alternativamente, ser assumida pela instituição de ensino.

O legislador deixou como obrigação do agente de integração o acompanhamento administrativo (art.5º, § 1º, III da Lei nº 11.788/2008).

**Art. 5º** As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico



apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

**§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:**

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

**III – fazer o acompanhamento administrativo;**

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Nota-se que a lei não imputou ao agente de integração a obrigação de acompanhar o estágio.

Desta forma, destaco o entendimento mantido pelo antigo Ministério do Trabalho e Emprego (agora incorporado pelo Ministério da Economia) que trouxe em sua cartilha específica sobre o estágio que:

**26. Qual o papel do professor orientador da instituição de ensino?**

O professor orientador deve ser da área a ser desenvolvida no estágio, e será o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário (inciso III, art. 7º da Lei 11.788/2008).

(...)

**28. O supervisor da parte concedente pode orientar e supervisionar até quantos estagiários?**

O supervisor da parte concedente somente pode orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente (inciso III, do art. 9º da Lei 11.788/2008).

Diante da informação prestada, gostaríamos de verificar a razão de termos que realizar o acompanhamento do estágio, sendo que por lei não é nossa responsabilidade. Essa obrigação será excluída do texto do edital e anexo? Caso permaneça, pedimos que seja informado qual é fundamento jurídico que imputa à contratada a realização dessas obrigações.

Ficamos no aguardo de um breve retorno dessa Comissão para verificarmos a viabilidade de nossa participação na licitação.

Atenciosamente,

Rodrigo Fiad Pasini  
Advogado – OAB/PR 48.928  
Rua Ivo Leão, nº 42, Alto da Glória  
CEP 80030-180 – Curitiba/PR  
Tel. (41) 3313-4395  
[www.cieepr.org.br](http://www.cieepr.org.br)

